



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

Endereço da Sede Administrativa: Rodovia BR 101, KM 535, Bairro Mambucaba, Paraty/RJ, Endereço para correspondência: Rua Glauber Rocha, 2077, Bairro Portal das Artes, Paraty/RJ - Paraty - CEP 23970-000

Telefone: (24) 3362-9885

ATA DA 46ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ESEC TAMOIOS, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020

Às 14h05min do dia 02 de dezembro de 2020, deu-se início a 46ª Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios, pelo aplicativo Google-meet, em atendimento aos protocolos de segurança adotados durante a pandemia de COVID-19 que nos assola desde março.

Compareceram à reunião os conselheiros: Mário Douglas Fortini de Oliveira (NGI ICMBio Paraty - ESEC Tamoios); Mônica Nemer (Prefeitura Municipal de Paraty); João Pedro Garcia Araújo (Eletronuclear); Tiago Oliveira Menezes (FIPERJ); Sérgio Bonecker e Maria Tereza Széchy (UFRJ); Suzana Ramineli (Projeto Cavalos do Mar); Joel Creed (UERJ); Ana Cléa (BEMAR); Jorge Luiz Feliciano (Associação de Moradores da Praia Vermelha); Aldo de Bulhões Lara (Associação de Moradores de Tarituba); Vagno Martins da Cruz (Associação de Moradores de São Gonçalo); Hugo (APA Tamoios – INEA); Hévila (Escritório Regional do IBAMA – Angra dos Reis) e Wellington Vieira (ATSCV).

E ainda Rodrigo Rocha Barros (Escola Nacional de Botânica Tropical – JBRJ); Leonardo Flach (Projeto Boto Cinza); Maurício (REBIO Guaratiba – INEA) e equipe do NGI Paraty/ ESEC TAMOIOS: analistas ambientais Carlos Felipe Abirached; Eduardo Godoy Aires de Souza; Sylvia Chada; Régis Pinto de Lima, Flávio Paim e a estagiária Rogéria Rodrigues de Paula.

A reunião foi aberta pela analista ambiental Sylvia Chada, às 14:10, prestando homenagem ao nosso conselheiro, voluntário e parceiro João Luiz Villela Victal, falecido no último dia 19 de novembro. João foi parceiro da ESEC Tamoios desde sempre, nosso primeiro voluntário, sempre trabalhando pela valorização da ESEC Tamoios, realizando pesquisas, conduzindo grupos de estudantes em atividades de educação ambiental na sede e no BEMAR, formando muita gente boa que está por aí, como o Diego, a Ana, que hoje passa a ser a conselheira do BEMAR em substituição ao João. Como uma pequena homenagem possível, o auditório da sede da ESEC Tamoios passará a se chamar “Auditório João Luiz Villela Victal”. Sylvia espera que brevemente possamos inaugurar uma placa com o nome do João e voltar a fazer as reuniões de forma presencial. Ana Cléa, do BEMAR, informa que no dia 10/12 as cinzas do João serão lançadas do cais do BEMAR, entre 9 e 10 horas da manhã.

Sylvia apresenta os 3 pontos de pauta previstos para a reunião (Renovação do TC de Tarituba, operações de fiscalização realizadas em 2020 e revisão do plano de manejo da ESEC Tamoios) e em seguida passa a palavra para Mário Douglas, chefe do NGI Paraty, que se solidarizou com a morte do conselheiro que não chegou a conhecer e deu boas vindas a todos. Antes de abrir para uma rodada de apresentações dos presentes, informou da retomada da discussão junto a Eletronuclear sobre o cumprimento das condicionantes estabelecidas no licenciamento ambiental das Usinas Nucleares. Reforçou que o diálogo está sendo azeitado e que deve trazer vantagens para a ESEC Tamoios. Passou-se a apresentação de todos os conselheiros, servidores e parceiros presentes.

Para abordar o primeiro ponto de pauta, relativo à renovação do Termo de compromisso entre a ESEC Tamoios e os pescadores de Tarituba, passou-se a palavra para Carlos Felipe, Coordenador da Área Temática de Gestão Socioambiental e Populações Tradicionais do Núcleo de Gestão Integrada do ICMBio Paraty. Mário Douglas reforçou a importância do equilíbrio entre as diversas ferramentas de gestão, e que espera que as ferramentas de gestão socioambiental sejam usadas com maior intensidade no território. Carlos Felipe se apresentou novamente, lembrando de sua participação no início da construção do Termo de Compromisso, nos anos em que trabalhava no Coordenação de Gestão de Conflitos Territoriais – COGCOT – em Brasília. Reforçou a importância de ter no NGI um grupo de analistas ambientais com foco na Gestão Socioambiental, que trabalhe junto e para as comunidades tradicionais. Destacou também os cuidados que precisamos tomar em função da pandemia, o que tem dificultado as agendas presenciais. Quanto ao TC, celebrado há 3 anos atrás, informou que o relatório consolidado desses 3 anos mostra que não houve impacto significativo na conservação das espécies e que o TC deve ser renovado. O relatório foi enviado para Brasília e está em re-análise pela COGCOT. Apesar do prazo relativo aos 3 anos do TC ter expirado em 27 de outubro, é importante deixar cristalino que o acordado está valendo, para efeito da gestão da ESEC Tamoios e do exercício dos direitos e deveres dos pescadores compromissários. Tendo em vista a expiração formal do prazo do TC, um novo acordo deve ser firmado, mas sem alterações das cláusulas em relação ao acordo inicial, conforme combinado entre as partes envolvidas. A diferença é que o novo Termo de Compromisso – abre a possibilidade de saída dos que não querem continuar e a inserção de alguns que participaram do cadastramento inicial e não puderam fazer parte do acordo naquele momento por não reunirem a documentação necessária, agora apresentada, igualmente conforme combinado desde o início. Pergunta para os conselheiros e, especialmente para os pescadores presentes, se há concordância deles com este entendimento sobre o Termo de Compromisso. Alguns conselheiros se manifestaram positivamente. Jorge Feliciano, conselheiro da Associação de Moradores da Praia Vermelha, pediu a palavra e manifestou que espera estar incluído no próximo acordo. Aldo Bulhões, conselheiro da Associação de Moradores de Tarituba, lembrou de como foi demorado o processo para celebração do acordo da primeira vez, das idas e vindas, e perguntou, diante da importância do Termo de Compromisso para a vida das famílias beneficiárias representadas pelos pescadores compromissários, se essa nova análise não vai ser muito demorada. Carlos Felipe ressaltou novamente que tudo o que foi pactuado no Termo de Compromisso está valendo para a gestão da ESEC e para a atividade dos pescadores compromissários, mas que os aperfeiçoamentos que precisam e devem ser feitos vão ficar para uma segunda etapa, quando pudermos nos reunir sem riscos. Destacou ainda que o acordo é imprescindível e que estamos nessa fase de transição, havendo, por uma questão de coerência institucional, razoabilidade e imprescindível manutenção das relações de confiança, um fio condutor entre o primeiro e o novo acordo. Resaltou que deve ser atendido o rito administrativo que reforce ainda mais a segurança para as partes, mas que o acordo, pela relevância que tem, é de quem trabalha “olho no olho”, com pactuação permanente.

Jorge Feliciano informou aos conselheiros o constrangimento que viveu recentemente, quando perdeu suas linhas, seu isopor e meia dúzia de peixes em operação de fiscalização. Considera que existem servidores despreparados. Falou que o seu diploma de conselheiro fica pendurado na parede de sua casa, lembrou as reuniões ordeiras ocorridas na Praia Vermelha para discussão e elaboração do acordo com os pescadores de lá. Disse que no dia

do ocorrido, os militares que o abordaram inicialmente mandaram ele embora, mas que a servidora chegou e tomou o seumaterial, os peixes e que não lhe foi entregue nenhum documento. Não entendeu a ação e informou que pretende sair do conselho. Mário Douglas explicou que a fiscalização é importante, é necessária, mas que é complexa e que distorções podem ocorrer. Informou que ele precisa receber um documento referente às apreensões sim e que a celebração de um Termo de Compromisso com os pescadores da Praia Vermelha vai trazer segurança. Entende as razões do Sr. Jorge Feliciano estar indignado, e que a expectativa sempre é a do diálogo. Espera que os fatos possam ser esclarecidos e que seja possível garantir direitos. Pede para o conselheiro reconsiderar a decisão de sair do conselho. Jorge Feliciano destaca que ninguém melhor do que os próprios pescadores para preservar o lugar onde moram. Considera que foi desastrosa a maneira como foi feita a abordagem. Tem dúvidas se realmente estava dentro ou fora da área da ESEC Tamoios, pois estava muito próximo dos limites e convida Mário Douglas a ir com ele ao local. Por fim afirma que vai permanecer no conselho e que quer o seu acordo. Mário Douglas agradece a sua reconsideração e afirma que é uma falácia dizer que o problema do meio ambiente são os pequenos, ou que o problema dos pequenos é o meio ambiente. Precisamos construir juntos a solução. Eduardo Godoy, analista ambiental, informou que estava na operação mencionada pelo conselheiro da Praia Vermelha mas que não participou da abordagem, que desgastes e conflitos acontecem. Disse que a operação de fiscalização tinha como foco a pesca do robalo, as redes de emalhe, que vai verificar porque não foi feito o documento e que será entregue o termo de apreensão. Jorge Feliciano lembra que a pesca por ele praticada é a pesca de linha. Vagno Martins, conselheiro da Associação de Moradores de São Gonçalo, assevera que Jorge Feliciano e também Aldo Bulhões são mestres, e que são os que devem dar rumo a ESEC Tamoios, e que precisamos construir por dentro. Pergunta ainda qual o amparo legal dos pescadores, considerando que oficialmente expirou o prazo do TC de Tarituba. E se tiver operação externa? A ata desta reunião seria um documento para os pescadores? Carlos Felipe reafirma que os pescadores não estão descobertos, pois para a gestão o acordo está valendo e que este é um compromisso do NGI, a fiscalização tem que ter esse entendimento. Sylvia considera necessária a realização de uma reunião presencial em Tarituba para informar aos compromissários o andamento do processo de renovação do TC. Mário Douglas pede o cuidado necessário com todos os protocolos em tempos de COVID. Ana Cléa, do BEMAR, afirmou que gostaria de estar presente nesta reunião. Sylvia, Carlos Felipe e Aldo Bulhões ficaram responsáveis por combinar a data, mobilizar os pescadores e definir protocolos para a mesma.

Tiago, conselheiro da FIPERJ, solicita cópia do relatório dos 3 anos do TC, diz que quer ter acesso às novas propostas e se coloca à disposição para participar de atividades relativas ao TC na comunidade de Tarituba até o dia 11/12, pois depois sairá de férias. Quanto ao PMAP – Programa de Monitoramento da Pesca – Tiago informa que está em vigência e com contrato até abril de 2021. Não se sabe depois como vai ficar, pois será aberta nova licitação. Pede apoio aos parceiros junto a Petrobrás, para que seja considerada a expertise da FIPERJ e a qualidade dos produtos. Ao invés de cartas de apoio individuais, sugere-se que o conselho produza uma moção de apoio à continuidade do PMAP sob coordenação da FIPERJ.

Passando-se ao segundo ponto de pauta, Eduardo Godoy deu início a apresentação sobre as operações de fiscalização realizadas este ano. Em relação a atendimento a denúncias, destacou a autuação e embargo de obra em andamento na Ilha do Sandri, em janeiro deste ano. Entretanto, o embargo foi descumprido. Foi instaurada ação civil pública pleiteando demolição do prédio e recuperação da área. Através de denúncia nas redes sociais, em abril foi multado um cidadão que pescou um tubarão-galha-preta em área no entorno da Ilha do Pingo D'água. Eduardo ressaltou que esta espécie tem sido observada há vários anos nesse mesmo período e na mesma região, na enseada da Piraquara de Fora. Explicou também que o tubarão-galha-preta não está registrado como uma espécie ameaçada, portando, pode ser pescado, mas não nas áreas da Estação Ecológica de Tamoios. A outra denúncia recebida através das redes sociais, em outubro, foi referente a colocação de uma poita no entorno da ilha Tucum. Eduardo falou em seguida sobre o Programa de Monitoramento das Atividades Humanas, que não teve suas saídas interrompidas durante a pandemia, tendo sido realizadas 33 saídas até o momento. Explicou que a partir da criação do Núcleo de Gestão Integrada em maio, as saídas de monitoramento do programa têm subsidiado mais fortemente as ações de fiscalização, gerando multas e apreensões. Informou que as operações de fiscalização planejadas para 2020 pela ESEC Tamoios não foram aprovadas, mas foram realizadas 2 operações de fiscalização pelo NGI, em julho, em parceria com o IBAMA, com foco na pesca industrial e em novembro, com o apoio da Polícia Militar, com foco na pesca do robalo no interior da ESEC Tamoios. Não havendo perguntas ou complementações, Sylvia passou a palavra para o analista ambiental Régis Lima, dando sequência ao terceiro ponto da pauta, a revisão do plano de manejo da ESEC Tamoios.

Régis começou sua fala lembrando o processo de criação da ESEC Tamoios, que apesar de ter sido criada em 1990, começa a ser gestada na década anterior, com a edição do Decreto 84.973/1980, que estabelece a co-localização entre usinas nucleares e estações ecológicas. Em 2006 é publicado o plano de manejo da UC, feito com recursos de compensação ambiental de Angra 2, que também garantiram a construção da sede e a compra da primeira lancha da UC. Apesar de publicado em 2006, Sylvia lembra que os estudos que subsidiaram o plano de manejo ocorreram por volta de 2000, ou seja, há 20 anos atrás. Régis destacou a experiência acumulada da equipe que compõe a estação ecológica, os relatórios anuais registrados desde 2007, todos os trabalhos científicos realizados, os dados de monitoramento da Eletronuclear, os processos de licenciamento e seus estudos de impacto ambiental, ou seja, um cabedal de conhecimento acumulado e que servirá de base neste processo de revisão. Mencionou ainda o Relatório de 30 anos da UC, que dentre as ações estratégicas previstas para o futuro, demonstra a importância da atualização do plano de manejo. Em seguida, Régis explicou como se dá o processo de revisão, que começa com uma etapa de monitoria do plano de manejo, que nada mais é do que avaliar todos os programas e atividades previstas no plano, verificando o que foi executado, o que foi parcialmente executado e as atividades não executadas ou que já estão fora de contexto, ou seja, não fazem mais sentido na atualidade. O processo administrativo já está aberto, a equipe de monitoria definida e a previsão é concluir essa etapa inicial até início de março do próximo ano. A primeira reunião de conselho do próximo ano terá como uma das pautas a apresentação desse relatório de monitoria, que deverá ser então validado pelo conselho. Régis destaca a tese de doutorado de Carolina Cardoso, que avaliou 9 anos do monitoramento de atividades humanas, entre 2008 e 2016, que permitiu ter uma leitura minuciosa do que acontece em cada bloco de ilhas da UC, e será um documento importante para esse processo de revisão. Régis enxerga no processo de revisão do plano uma possibilidade de resolver ou minimizar uma série de conflitos, que deve se dar com o envolvimento de todos os atores que se relacionam com a UC. Será uma grande oportunidade de modificar e melhorar a ESEC Tamoios. Dando continuidade a explicação sobre o processo de revisão, Régis explica que concluída a etapa de monitoria, será necessária a autorização de Brasília para a continuidade do processo, com acompanhamento da coordenação responsável por esta agenda. Mário Douglas, nesse ponto, lembrou a nossa baixa governança hoje no instituto.

Concluindo os três pontos de pauta previstos para a reunião, Sylvia abriu para informes dos conselheiros e parceiros presentes. Leonardo Flach, do Instituto Boto Cinza, pediu a palavra para falar da presença das toninhas na baía da Ilha Grande, que é a espécie de golfinho mais ameaçada do Atlântico Sul. Leonardo considera que as toninhas vão ajudar a ampliar a importância da ESEC Tamoios. Há evidências de emalhamento de animais. Os pescadores podem ajudar muito a localizar esses animais, que são arredios e vivem em grupos pequenos, daí a importância de estreitar a relação com os pescadores. Existe a possibilidade dessas pequenas populações se extinguirem localmente, daí a importância da ESEC Tamoios e de se implementar medidas de mitigação. Aldo Bulhões lembra que entrava muita toninha no saco de Tarituba, atrás de cardumes de paraty, no inverno. Leonardo explica que a toninha é muito parecida com o boto cinza, mas é menor, tem um bico grande e uma coloração como a do cação-viola, fotos das duas espécies foram disponibilizadas por ele no grupo de Whatsapp do Conselho para facilitar a identificação. O FUNBIO tem apoiado pesquisadores, é importante manter a relação com os pescadores e saber a área de uso das toninhas com maior precisão.

João Pedro, conselheiro da Eletronuclear, perguntou da Transpetro, se ainda fazia parte do conselho. Sylvia explicou que entrou em contato com uma antiga conselheira, que hoje está aposentada e que ficou de fazer contato com a empresa para que houvesse indicação de outra pessoa, mas que até agora esse contato não se materializou.

Joel Creed, conselheiro da UERJ, falou sobre a bioinvasão na Praia Vermelha por 3 espécies de coral mole. Existe um trabalho de monitoramento e

controle em curso, sendo realizado pela UERJ e pela ESEC Tamoios, sob coordenação da servidora Adriana Gomes. Existe uma licença no IBAMA e no INEA (a área integra a APA Tamoios) para a atividade de controle. Segundo o conselheiro, houve cobranças públicas da servidora por um relatório que não seria obrigação da UERJ entregar, o que souu mal institucionalmente. O conselheiro enviou e-mail à servidora e à ESEC Tamoios solicitando o envio de documentos comprobatórios da obrigação legal da Universidade encaminhar ao ICMBio qualquer relatório referente à autorização de controle dos corais junto ao IBAMA, o que não foi atendido até o momento. Mário Douglas se comprometeu a conversar com a servidora, entendendo que haja o que houver parceiro tem que ser tratado como parceiro e que não há qualquer interesse em constranger instituições parceiras, destacando a importância da UERJ no conselho da ESEC Tamoios. Joel Creed informou que a UFRRJ e a UNIFESP também se envolveram mais recentemente no projeto, que a licença com o INEA acaba de ser renovada e que espera continuar a tratar dessa bioinvasão, buscando efetivar 100% o controle.

Vagno Martins informa sobre os trabalhos do PEA, que deverão ser retomados em breve, agora sob a coordenação do Fórum de Comunidades Tradicionais – FCT e do Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis – OTSS/FIOCRUZ, buscando mitigar o impacto do pré-sal na região. Continuando, reflete sobre os desencontros percebidos dentro das instituições, e do cuidado necessário quando estamos lidando com pessoas simples e humildes, se referindo aos pescadores e demais populações tradicionais. Considera que todos esses anos de implementação da ESEC Tamoios gerou erros e acertos e que o processo de revisão deve atender às demandas das comunidades e ser compatível com a realidade. Falou também da necessidade de valorização dos mestres, de elaboração de projetos de pesquisa-ação e de trabalhos de monitoramento participativo.

Caminhando para o encerramento da reunião, Sylvia lembrou que há 2 anos atrás este conselho estava sendo empossado, quando também foi aprovada uma nota de valorização da Estação Ecológica de Tamoios, por ocasião da 41ª reunião. De acordo com o regimento interno do conselho, os conselheiros tem mandato de 2 anos, podendo ser reconduzidos por mais 2 anos. Considerando a situação de emergência sanitária em que nos encontramos com a pandemia de COVID, Sylvia recomenda a aprovação nesta reunião da recondução por mais 2 anos dos conselheiros empossados em 2018, para manutenção da legalidade do conselho da ESEC Tamoios, o que foi aceito por todos. Lembra também da aprovação da inclusão da ATSCV – Associação de Turismo Subaquático da Costa Verde no Setor de Turismo, homologado por unanimidade na reunião anterior. Por fim, enumera os encaminhamentos acordados durante a reunião:

- Recondução por mais 2 anos dos conselheiros empossados em dezembro de 2018 e inclusão da ATSCV no Setor de Turismo do Conselho Consultivo da ESEC Tamoios.
- Elaboração de moção de apoio à FIPERJ pela continuidade do PMAP (Tiago e equipe ESEC Tamoios)
- Concordância em relação à validade do acordo entre o primeiro e o novo termo de compromisso com os pescadores artesanais de Tarituba, em processo de renovação.
- Marcação de reunião com os compromissários do TC em Tarituba para atualização dos mesmos sobre o processo de renovação do TC (Sylvia, Carlos Felipe e Aldo Bulhões)
- Enviar para os conselheiros tese e artigo científico de Carolina Cardoso (Sylvia e Régis)
- Apresentar relatório da monitoria do Plano de Manejo na primeira reunião do conselho em março de 2021 (equipe ESEC Tamoios)

A reunião foi finalizada às 16:30.

Eu, Sylvia de Souza Chada, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por Carlos Felipe Abirached, coordenador de Gestão Socioambiental do NGI ICMBio Paraty.

SYLVIA DE SOUZA CHADA Analista Ambiental	CARLOS FELIPE ABIRACHED Analista Ambiental
--	--



Documento assinado eletronicamente por **Sylvia De Souza Chada, Analista Ambiental**, em 04/01/2021, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Felipe de Andrade Abirached, Analista Ambiental**, em 05/01/2021, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **8293398** e o código CRC **5D1A4951**.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL